

Público

14-06-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Economia

Dimensão: 902

Imagem: S/Cor

Página (s): 14/15

Governo poupa 3550 milhões com função pública e pensões até 2014

Rescisões amigáveis no Estado, mobilidade especial, convergência entre sector público e privado e cortes nos ministérios são algumas das receitas

Resgate
José Manuel Rocha

O Governo propõe-se poupar 3550 milhões de euros na despesa com a função pública e com pensões até ao final do próximo ano. O valor está inscrito no memorando de entendimento que saiu da 7ª avaliação da *troika* e que ontem foi divulgado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

No total, o valor de cortes inscrito no documento revelado pelo fundo – que antontem aprovou nova tranche do financiamento a Portugal – ascende a 4700 milhões de euros. Mas fonte oficial do Ministério das Finanças esclareceu que o quadro avançado pelo FMI inclui um programa (denominado *attrition*) – referente à diminuição de pessoal ao serviço do Estado – que já estava em execução e que, por isso, não pode ser incluído nas poupanças a pôr em prática. Assim, o valor efectivo de cortes a aplicar até ao final de 2014 é de cerca de 4300 milhões de euros, conforme constava da carta enviada pelo primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, no início de Maio, aos credores internacionais.

Os cortes com que o Governo se comprometeu na 7ª avaliação vão ser conseguidos na base de três segmentos de intervenção: cortes na despesa com os trabalhadores do Estado, reforma do sistema de pensões e reduções nos encargos relacionados com os consumos intermédios dos ministérios – 854 milhões de euros.

As duas primeiras áreas de intervenção representam a parte mais substancial das poupanças, com um corte global de mais de 3500 milhões de euros entre 2013 e 2014. O consumo intermédio registará, ao longo dos próximos dois anos, um emagrecimento financeiro de 854 milhões de euros.

No documento ontem revelado pelo FMI consta ainda uma rubrica de quase 300 milhões de euros sob a designação “outros”, mas sem identificar as medidas de intervenção previstas.

Requalificação (que substitui a mobilidade especial), convergência

nas regras laborais entre sector público e privado, rescisões amigáveis – com um custo de 500 milhões de euros em indemnizações – e alterações na tabela salarial e suplementos remuneratórios são medidas que o Governo colocará em curso no âmbito do processo de ajustamento da dimensão da administração pública. O esforço de contenção chegará aos 2172 milhões de euros, nas contas do Governo (incluindo as saídas não compensadas com novas contratações).

Mas há também uma intervenção profunda no sistema de pensões, que resultará em poupanças de 1378 milhões de euros conseguidos à custa do aumento da idade de reforma, da convergência entre os sectores público e privado e da contribuição especial de solidariedade, conhecida como a “TSU dos pensionistas”.

O CDS já afirmou que esta é a linha que nunca ultrapassará, mas a medida continua inscrita (embora não seja considerada estrutural, ou seja, indispensável). Para que não seja aplicada, terá de haver cortes da mesma dimensão numa outra área.

Cálculo das pensões

Do lado das pensões, o documento avança também com mudanças na forma de cálculo das que são atribuídas aos funcionários do Estado. Ao contrário do que sucede actualmente – o valor da pensão é equivalente a 90% do último salário – irá passar-se para um novo rácio de apenas 80%.

No próximo ano, o Governo conta ainda conseguir poupanças de 445 milhões de euros com reduções nas prestações salariais da função pública, resultantes da criação da tabela única e da reformulação dos suplementos remuneratórios em vigor.

Com o processo de ajustamento a correr em plena recessão, Abebe Selassie admite que as metas do défice possam vir a ser novamente flexibilizadas, se o andamento da economia tal exigir. No entanto, antontem a directora-geral adjunta do FMI, Nemat Shafik, tinha afirmado que a margem de manobra “é limitada”, tendo em conta as “elevadas necessidades de financiamento a



Sétima avaliação da *troika* foi a mais difícil de concluir

Documento do FMI à lupa

Dívida nos 140%

O rácio da dívida pública pode superar os 140% do PIB até 2024, caso ocorra uma combinação de choques adversos “plausíveis”, alerta o FMI, acrescentando que a margem de financiamento “não é ilimitada”. Os problemas apontados são um choque de crescimento que reduza o produto em 5 pontos percentuais entre 2013 e 2015, uma subida das taxas de juro de 400 pontos base e uma redução do potencial de crescimento.

CGD na Parpública

O Governo poderá transferir para a Parpública a participação de 100% que tem na Caixa Geral de Depósitos. Seria uma forma de reduzir “em espécie” a dívida que

o Estado tem para com a *holding* que gere as suas participações empresariais. A venda de activos estrangeiros pelo Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social é outra das medidas previstas.

Telecomunicações e electricidade são caras

A evolução dos preços da electricidade e das telecomunicações ainda não reflecte as actuais condições de uma procura deprimida, sublinha o relatório do FMI. Esta realidade reflecte até certo ponto decisões políticas passadas, como o aumento do IVA em meados de 2011 ou as chamadas “rendas excessivas” no sector da energia.

Défice revisto em alta

Portugal vai poder apresentar este ano um défice mais elevado. Prevê-se agora que o défice possa chegar aos 8900 milhões de euros no final do ano (6000 mil milhões no final de Junho).

Aumenta contribuição para a ADSE

No âmbito da reforma do Estado, o Conselho de Ministros aprovou na reunião de ontem o aumento das contribuições para a ADSE – de 1,5% para 2,25% este ano e 2,5% a partir de 2014. O objectivo é garantir a “auto-sustentabilidade dos subsistemas de saúde, através de um reforço das contribuições dos beneficiários titulares”.

PÚBLICO/Lusa



médio prazo” e os níveis da dívida pública.

Selassie, numa vídeo-conferência realizada ontem, não pôe de parte dar anuência a um aumento da despesa com prestações sociais decorrentes do aumento do desemprego, que deverá ultrapassar os 18% no próximo ano. Na área laboral, aliás, o FMI volta a insistir na redução das indemnizações por despedimento.

Os instrumentos legislativos para dar corpo à reforma do Estado deverão ser entregues na Assembleia da República até ao final da actual sessão legislativa, ou seja, 15 de Julho. O documento do FMI alerta, porém, que a prossecução destes objectivos pode enfrentar dificuldades – porque diminui a margem de obtenção de consensos políticos e sociais, o ajustamento irá continuar a fazer-se em clima de recessão e há barreiras jurídicas que não podem ser ultrapassadas, como as que foram levantadas pelo Tribunal Constitucional.

com Luís Villalobos

Encontro a dois

Cavaco e Durão pedem *troika* sem FMI

Durão Barroso considerou ontem “completamente contraproducente” retirar o Fundo Monetário Internacional (FMI) das *troikas* de credores internacionais de Portugal ou Grécia, mas defendeu que essa é uma possibilidade real para o futuro. A afirmação foi feita durante uma conferência de imprensa com o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva.

Em contrapartida, defendeu: “No futuro – e tenho que vincar no futuro – penso que há mais do que condições, se os governos [da União Europeia] quiserem, [para que sejam as instituições europeias a assumir o processo] na plenitude das suas responsabilidades.”

No início dos programas de ajuda, que arrancaram com a Grécia em Maio de 2010, a inclusão do FMI na *troika* em pé de igualdade com a Comissão Europeia e o BCE foi imposta como uma “condição essencial” por “alguns governos”, lembrou Barroso.

A afirmação refere-se implicitamente à Alemanha e outros países do Norte da Europa que alegavam que só o FMI é que tinha a experiência e a capacidade necessária para conceber e gerir os programas de ajustamento dos países ajudados.

Cavaco Silva, que na quarta-feira já tinha defendido a necessidade de repensar “o desenho” da *troika*, precisou ontem igualmente que no imediato o que é preciso é fazer uma reflexão sobre o tema, o que poderá levar “à conclusão de que é tempo de libertar o FMI”, solução que tem a sua preferência pessoal.

O presidente da Comissão defendeu-se igualmente de forma implícita das críticas que começam a chover de várias capitais contras as *troikas* pela austeridade que está a ser imposta aos países sob programa de ajuda.